

# LINGUAGEM E DIALOGISMO

Odilon Helou Fleury Curado

Faculdade de Ciências e Letras - Assis - Unesp

**Resumo:** O texto apresenta diferentes concepções relacionadas ao entendimento da linguagem humana: a) a linguagem como representação do pensamento; b) a linguagem percebida como código voltado à comunicação; c) a linguagem como processo interativo. Em seguida, detém-se na terceira abordagem, destacando a Teoria da Enunciação, baseada em Bakhtin.

**Palavras-Chave:** Linguagem, Código, Dialogismo.

Entre as principais concepções da linguagem humana<sup>1</sup> definidas no curso da História, a primeira e mais antiga delas, embora ainda encontre defensores, interpreta a linguagem como expressão ou representação (“espelho”) do mundo e do pensamento. O ser humano, para essa concepção, representa para si o mundo por meio da linguagem, cuja função seria, pois, a de representar (“refletir”) seu pensamento, seu conhecimento de mundo. Um indivíduo que não pensasse, deixaria de se expressar bem, porquanto a expressão construir-se-ia no interior da mente, a instância de produção, secundarizando-se a língua, útil apenas por exteriorizar, traduzir o pensamento. A eficiência comunicativa dependeria da capacidade de o indivíduo organizar de maneira lógica seu pensamento; para tal organização, haveria regras disciplinando-o e, como consequência, a própria linguagem. Daí, a valorização das normas gramaticais do falar e do escrever “bem”. Diante de tal perspectiva, a enunciação (a ação de enunciar) põe-se como ato *monológico*, individual, prescindindo-se do outro e das circunstâncias, da situação social em que a enunciação ocorre. Os estudos linguísticos aí desenvolvidos encontram-se sob a denominação de gramática tradicional ou normativa.

1. O adjetivo “humana”, aqui, poderia fazer supor, em oposição, “animal”. Sobre o assunto, consulte-se, por exemplo, dentre outros, E. Lopes, em *Fundamentos da Linguística contemporânea*.

A segunda concepção entende a linguagem como instrumento de comunicação. A língua é vista como um código (conjunto de signos que se combinam segundo regras), por meio do qual um emissor comunica determinada mensagem a um receptor. Salienta-se a função da linguagem como a de transmissão de informações. O código deve ser de domínio dos fa-

lantes, usado de modo semelhante, convencionado, preestabelecido, para garantir a eficácia daquela transmissão. O sistema linguístico, neste caso, sustenta-se como um dado externo à consciência do indivíduo.

Abstrata e coletiva, a língua define-se por um “código virtual”, isolado de sua utilização, e, enquanto norma pronta, disponível, opõe-se ao indivíduo, que se obriga a aceitá-la como tal. Isso motivou a Linguística a não considerar os falantes e nem tampouco a situação de uso como determinantes dos fatos e regras da língua. Ao se afastar o falante da língua, ou seja, da sua dimensão social e histórica, tem-se uma visão monológica e imanente (voltada para si mesma), formalista, valorizando-se o seu funcionamento interno.

Finalmente, uma terceira concepção vai admitir a linguagem como forma ou processo de “inter-ação”. O indivíduo, ao fazer uso da língua, não exterioriza apenas o seu pensamento, nem transmite somente informações; mais do que isso, realiza ações, age, atua, orientado por determinada finalidade, sobre o outro. A linguagem passa a ser vista como lugar de interação, inclusive comunicativa, a partir da produção, construção de efeitos de sentido entre os falantes, em certa situação de comunicação e em um contexto específico. Conforme Travaglia (1996, p. 23), “[...] os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e ‘falam’ e ‘ouvem’ desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais”. Esses lugares possibilitam, então, a prática de atos diversos, suscitando reações, comportamentos, “[...] levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes” (KOCH, 1995, p. 10). Assim, sob esse ponto de vista, o *diálogo* (na medida da interação, da relevância do outro, do ouvinte/leitor) compõe-se como característica decisiva da linguagem. Tem-se uma perspectiva sedimentando o que se costuma chamar de gramática internalizada, conjunto de regras aprendido e usado na interação comunicativa, desenvolvendo a “competência textual/discursiva”, isto é, a capacidade de produzir e interpretar textos.

A rigor, a existência de tais concepções acaba por refletir a enorme complexidade que envolve a linguagem, razão bastante para não se cometer o equívoco de negar uma delas em favor de outra. Representam interpretações diferentes de um mesmo fenômeno, com naturais implicações de ordem teórico-metodológica.

A segunda concepção está representada pelos estudos da linguística moderna, inspirada nos postulados de Saussure, assumindo a visão da língua como código independente do indivíduo. A base dá-se, pois, sob a forma de uma estrutura, uma rede de relações, isto é, um sistema e suas regras combinatórias, a ser descrito em seus diferentes níveis. Nelles, suas unidades constitutivas (morfemas, fonemas, por exemplo), organizadas em uma hierarquia, poderiam ajudar a explicar como a própria língua funciona internamente. Por

isso, no âmbito dessa corrente linguística (chamada estruturalista<sup>2</sup>) desenvolveram-se bastante a fonologia e a morfologia. Ainda adotando esta mesma concepção, pode-se ver a Teoria Gerativa (elaborada pelo americano Noam Chomsky), que se seguiu à proposta estruturalista de estudo da linguagem. O gerativismo dispôs-se a privilegiar a sintaxe, uma abordagem das estruturas frasais, produzidas por um “falante de desempenho ideal”, competente, sem limitações ou interferências externas, de nenhuma natureza.

Ambas (a linguística estrutural e a gerativa), assim, propunham-se descrever a língua em abstrato, isto é, isolada de qualquer contexto ou situação de uso. Essa circunstância começou a inquietar, sobretudo na Europa, muitos linguistas, cujos interesses voltaram-se “[...] para a linguagem enquanto atividade, para as relações entre a língua e seus usuários e, portanto, para a ação que se realiza na e pela linguagem” (KOCH, 1995). Com base nessa dimensão interativa da linguagem, inicia-se um enfoque que a destaca em uma amplitude dialógica. Essa concepção torna-se representativa “[...] de todas as correntes de estudo da língua que podem ser reunidas sob o rótulo de linguística da enunciação” (TRAVAGLIA, 1996, p. 23). Entre elas, estariam, por exemplo, a Linguística Textual, a Análise da Conversação e a Análise do Discurso, além dos estudos vinculados à Pragmática (do grego *pragma*, ação). Fala-se em pragmática linguística quando se considera que a utilização da linguagem, dirigida a um interlocutor, em determinada situação de comunicação, tem sua estrutura aí condicionada, isto é, o texto será produzido em conformidade ao para quem se diz, ao onde, ao como, ao quando, ao para quê).

Admitir, pois, o diálogo como um dos aspectos fundamentais da linguagem, instituído na interação verbal, na qual a interlocução define-se como espaço de produção desta linguagem e, portanto, de constituição dos sujeitos, que, no dizer de Geraldi (1997), jogam um jogo,

**2. Estruturalismo** – corrente de estudo da linguagem, cujo início pode estar associado à publicação, póstuma, em 1916, do *Cours de linguistique générale (Curso de linguística geral)*, contendo as principais ideias do suíço Ferdinand de Saussure, produzidas em diversas conferências na Universidade de Genebra entre 1907 e 1911, e reunidas por alguns de seus discípulos. Trata-se, a rigor, de uma proposta teórica de reorganização investigativa da linguagem, conferindo-lhe características basicamente científicas, em flagrante crítica aos estudos eminentemente histórico-comparativos então desenvolvidos acerca da linguagem, considerados não científicos. Uma nova postura linguística começa a surgir, aqui, entre outros, na medida em que, diferentemente, Saussure reivindicava um objeto definido, uma metodologia própria, uma observação empírica, enfim, um status de ciência. Seu princípio básico postula a língua como uma “estrutura”; equivale a dizer, de certo modo, como um sistema (“a língua”, diz-nos, deve ser entendida como “um sistema de signos e suas regras combinatórias”). Por ser ela caracterizada como uma estrutura, o método de sua investigação deverá ser o estruturalismo. Nesses termos, as noções de estrutura (sistema, relação), função e dualismo tornam-se fundamentais: uma unidade de língua não se explica por si mesma; mas com base em outra (daí o caráter dual), com a qual estabelece, no interior da própria língua, relações combinatórias e em função dela se define. Um “o”, por exemplo, terá o valor de um artigo quando combinar-se, articular-se, com um substantivo; ou de um pronome, se se articular com um verbo, e assim por diante. Observando tais relações, a linguística estrutural poderá descrever a língua (seu verdadeiro objeto de investigação, isolado de seu contexto de produção) e verificar como se organiza internamente, como funciona, como suas unidades “se encaixam”, combinam-se.

cujas regras são estabelecidas no interior de seu funcionamento, obriga-nos a considerar que a língua não se apresenta previamente pronta, disponível na sociedade, dada como um sistema do qual o indivíduo simplesmente se apropria. A sua (re)construção ocorre de modo contínuo no próprio processo interlocutivo, de acordo com as necessidades comunicativas que ali se apresentam.

E sustentar que os sujeitos (falantes) se constituem nesse processo equivale a dizer que interagem com os outros, com seus interlocutores; seu conhecimento de mundo resulta deste processo. E o sujeito interage, segundo Geraldi (1997), porque é social; a linguagem não é o trabalho de um indivíduo, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e é para os outros e com os outros que ela se constitui. Daí poder-se afirmar que tais interações dão-se no interior de um amplo contexto social, histórico e ideológico, nos limites dos quais a linguagem sofre interferências, controles e determinações.

Ganhando rapidamente espaço, a linguística da enunciação ou do discurso centra-se nas “[...] manifestações linguísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção” (KOCH, 1995, p. 11). Destacam-se, aqui, sobretudo, como derivadas da perspectiva da linguagem enquanto ação intersubjetiva (entre sujeitos), a Teoria dos Atos de Fala e a Teoria da Enunciação, além da chamada Teoria da Atividade Verbal (KOCH, 1995). A primeira, entendendo a linguagem como forma de ação (“todo dizer é um fazer”), teve como pioneiro J. L. Austin. Desenvolve reflexões acerca dos diversos tipos de ações humanas que se realizam por meio da linguagem (os “atos de fala”, “atos de discurso” ou “atos de linguagem”). Sempre que se interage por meio da língua, “[...] profere-se um enunciado linguístico dotado de certa força que irá produzir no interlocutor determinado(s) efeito(s), ainda que não aqueles que o locutor tinha em mira” (KOCH, 1995, p. 20). Para que o ato de fala atinja os objetivos pretendidos pelo locutor, é preciso que o interlocutor seja capaz de perceber a sua intenção; caso contrário, “o ato será inócuo”.

Uma das principais críticas a essa teoria é a de enfatizar o locutor, sem atentar para o interlocutor; ou seja, focaliza a ação, não a interação.

A Teoria da Atividade Verbal baseia-se nas ideias do psicólogo russo Lev S. Vygotsky. A abordagem sócio-interacionista proposta por Vygotsky está fundamentada no desenvolvimento como processo de apropriação pelo Homem da experiência histórica e social. O organismo e o meio exercem influência recíproca (biológico e social estão associados). O sujeito constitui-se como tal por meio de suas interações sociais; logo, transforma e é transformado nas *relações* produzidas em uma cultura e *mediadas pela linguagem*. As características do indivíduo vão sendo formadas a partir de sua constante interação com o meio (mundo físico e social, incluindo-se as dimensões interpessoal e cultural). O sujeito, simultaneamente, internaliza as formas culturais (que o transformam cognitivamente, isto é, propiciam-lhe novos

conhecimentos), transforma-as para si e intervém em seu meio (atua nele com base nestes novos conhecimentos). Salienta-se aí a mediação linguística<sup>3</sup>, especialmente devido à circunstância de a linguagem ser um sistema de signos que possibilita o intercâmbio social entre indivíduos.

3. Em virtude da relevância dessa mediação, no processo de interação comunicativa, em particular no que se refere à questão da produção de sentido, iremos retomá-la adiante.

A Teoria da Enunciação tem o russo M. Bakhtin como seu precursor, sendo impulsionada pelo francês E. Benveniste. Segundo Koch, essa teoria

[...] tem por postulado básico que não basta ao linguista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a *enunciação* – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito (KOCK, 1995, p. 13-14).

A concepção de linguagem desenvolvida por Bakhtin parte de crítica às principais linhas teóricas da linguística moderna, procurando mostrar que um estudo pertinente da linguagem, dada a sua complexidade, deve considerá-la enquanto fenômeno sócio-ideológico. Para o pensador russo, as grandes correntes linguísticas conhecidas insistem, sobretudo (SOUZA, 1996, p. 97), em “[...] reduzir a linguagem ou a um sistema abstrato de formas (objetivismo abstrato) ou a uma enunciação monológica isolada (subjetivismo idealista)”, impedindo de se percebê-la em sua real dimensão como código ideológico, determinado pelo contexto.

Bakhtin, na crítica feita ao que chama de “subjetivismo idealista”, argumenta que essa corrente, adotando a concepção de linguagem como expressão do pensamento, entende o fenômeno linguístico como ato significativo de criação de um indivíduo, cujas leis seriam as da psicologia individual. Tratar-se-ia do referido “indivíduo ideal”, livre das influências e determinações do contexto.

Por outro lado, questiona também o que designa como “objetivismo abstrato”, representado principalmente pela corrente estruturalista de Saussure. Nele, a fala não é objeto da linguística. Na verdade,

[...] ao separar a língua (social) da fala (individual), Saussure irá priorizar e estudar apenas os elementos constituídos pelas formas normativas da

língua, supondo ser esta um produto que o sujeito registra passivamente. Para o subjetivismo abstrato, o fator normativo e estável prevalece sobre o caráter mutável da língua e, portanto, esta é vista como um produto acabado, transmitido através das gerações (SOUZA, 1996, p. 98).

Bakhtin sustenta que pôr de um lado a linguagem e de outro o seu conteúdo ideológico “ou vivencial” torna-se um equívoco grotesco por parte da linguística formalista (como, por exemplo, o estruturalismo). Acredita o pensador que historicamente essa corrente foi influenciada pela filosofia, porquanto ignora a enunciação (o processo de produção) e o contexto em que ela ocorre, sustentando-se essencialmente em “monólogos mortos”, isto é, “[...] na enunciação isolada, fechada e monológica” (SOUZA, 1996).

Bakhtin condena em tais correntes linguísticas a ausência de um trabalho com a língua “na sua relação com as ações humanas e com a vida”, ou seja, um trabalho com a língua enquanto fenômeno social de interação verbal, uma interação “realizada através da enunciação ou das enunciações”. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1979).

É posta em evidência, nestes termos, como categoria essencial da concepção de linguagem proposta por Bakhtin, a interação verbal, cuja característica básica é, sem dúvida, seu caráter dialógico (“toda enunciação é um diálogo”). Nessa mesma medida, fica clara a alteridade na definição do Homem, isto é, para a sua concepção o *outro* torna-se imprescindível, dada a impossibilidade de se pensar o ser humano isolado das relações que o vinculam ao outro. Ou, nas palavras do próprio autor, “a vida é dialógica por natureza”.

Se, dentro dessa perspectiva, a atual tendência da linguística é conferir ao dialogismo uma vital importância para a compreensão do fenômeno da linguagem, ganha relevo a necessidade de se focá-la à luz desse dialogismo.

Ao considerá-lo, pois, como princípio constitutivo da linguagem, não poderíamos deixar de balizar nosso relato acerca dos estudos linguísticos contemporâneos, no âmbito mesmo das Ciências Humanas, examinando o processo de construção dos sentidos.

A própria Psicologia Social toma hoje o diálogo como condição do sentido do discurso, concebendo exatamente este sentido como uma construção de base dialógica. Ora, se a produção de sentido define-se como forma de conhecimento, podemos detectar na interlocução, em seu dialogismo, a instância de operação da construção/produção deste conhecimento ou, em outras palavras, da própria realidade.

Da relação da linguagem com o saber, que se depreende aí, emerge a certeza da inexistência de um mero “reconhecimento” de algo *a priori* pronto, que “colocamos” em nossas

cabeças via “recepção passiva”; isto é, não caberia aqui a visão representacionista do conhecimento, a qual tem como pressuposto a concepção da mente como *espelho* da realidade, do conhecimento como uma representação, uma simples tradução de alguma coisa que pertence à realidade externa, nos mesmos termos, a rigor, da visão da linguagem apenas como expressão do pensamento.

Convém relembrar, aqui, a noção da linguagem como mediadora das relações do Homem consigo mesmo e com o seu meio. Pela linguagem, o pensamento humano é mediado, ou seja, ela se interpõe entre o ser e seus processos mentais. Por outro lado, diferentemente do que muitas vezes quer nos fazer crer a força dos nossos órgãos sensitivos, a realidade não existe independentemente de nosso modo de acessá-la. Sabe-se, na perspectiva construcionista, vinculada à Psicologia Social, que é o nosso acesso à realidade que institui em nós os objetos que a constituem. Somente podemos apreendê-los, quando se nos apresentam, a partir, sobretudo, de práticas de linguagem. Algo ganha estatuto de objeto mediante um processo de objetivação, via dinâmica *interativa de construção* linguístico-conceitual, ou por outra, via linguagem, facultado por ela. Equivale a dizer que um objeto, dada a inter-relação estabelecida ente ele e nós, *mediada, propiciada pela linguagem*, pode instituir-se em nós, do ponto de vista cognitivo, como realidade, isto é, define-se em nós e para nós. Passamos aí a compreendê-lo, ele faz sentido para nós, torna-se *funcionalmente* inteligível, não existindo apenas como algo fisicamente percebido, “capturado” de modo esporádico, circunstancial seja pela visão ou pela audição, ou pelo tato, contudo ininteligível, em cuja função nos é indefinida, desconhecida. Ficaríamos, neste último caso, sem saber ao certo o que é de fato ou para que serve.

Nesse processo de construir o saber, novas construções interagem (“dialogam”) com as anteriores, impregnadas no *contexto sócio-histórico-ideológico*, as quais constituem o acervo dos nossos sistemas de referências (correspondentes, grosso modo, ao nosso universo cognitivo), necessários para dar sentido ao mundo, pois neles o sistema simbólico (o idioma) torna-se significativo. A questão do sentido não mais se restringe apenas ao âmbito da língua (gramática e semântica). Daí nos depararmos amiúde com as propostas das *práticas discursivas e produções de sentido* (entendendo a linguagem como ação intersubjetiva, prática social).

Desse modo, quando se fala em dificuldades de locução ou interpretação linguística, não convém vê-las apenas como “pobreza” de recursos expressivos, porquanto, parece-nos claro, agora; o dizer não depende apenas de um saber prévio destes recursos disponíveis, mas de operações de construção de seus sentidos na interlocução. As formas linguísticas, reiteramos, não exibem qualquer capacidade semântica intrínseca, isto é, as expressões não significam por si, significam na interlocução, na sua relação com a situação.

Reportando-nos, como inevitável conclusão, às atividades de produção de texto, diríamos que o sistema linguístico que se apresenta “*monológico*”, pronto, induz a “cópias”, a “reproduções”, implicando naquela visão representacionista do conhecimento e, pois, inviabilizando a efetiva construção, produção dos sentidos, ou seja, a identificação precisa (em sua dimensão sócio-histórica) dos objetos referidos, dos sistemas de referências (que se presentificam em cada interlocução).

Equivale a dizer que a língua, enquanto sistema simbólico, torna-se significativa por remeter a um sistema de referências, produzido histórica e socialmente nas relações interativas. A linguagem vai, portanto, configurar-se como trabalho de constituição dos sistemas de referências e dos sujeitos, cujas consciências se formam no conjunto de categorias que vão se incorporando, enquanto signos, nos processos interlocutivos de que participam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....



BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

SOUZA, S. J. **Infância e linguagem**. 3. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1996.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1996.